

RESOLUÇÃO Nº. 127/2020/CSDP/MT**REGULAMENTA A CRIAÇÃO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DE NÚCLEO UNIFICADO NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.**

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no uso de sua competência prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94, alterada pela Lei Complementar Federal nº 132/09 e na Lei Complementar Estadual nº 146/03, artigo 21, inciso IX;

Considerando que a Constituição da República estabeleceu o prazo de 8 (oito) anos, que se encerra em 2022, para que a União, os Estados e o Distrito Federal se organizem a fim de contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, nos termos do art. 98, § 1º, do ADCT;

Considerando que o déficit orçamentário da Defensoria Pública de Mato Grosso é óbice intransponível para a instalação de Núcleos da Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado;

Considerando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1998;

Considerando o princípio da generalidade e continuidade do serviço público previsto no art. 6º, § 1º, da Lei 8.987/95;

Considerando o avanço tecnológico da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, notadamente com virtualização dos processos administrativos internos, bem como a realidade dos processos eletrônicos no âmbito do Poder Judiciário - PJE, APOLO, PROJUDI e SEEU;

Considerando a dimensão continental do Estado de Mato Grosso;

Considerando que a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional, conforme determina o art. 98, § 1º, do ADCT da Constituição da República;

Considerando a deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública perante 6ª Reunião Ordinária, realizada via ambiente virtual na data de 17/04/2020, em razão da decisão exarada ao **Procedimento nº 58200/2020**, devidamente publicada no **Diário Oficial nº. 27.736 de 23 de abril de 2020**, tendo como interessados a Comissão criada a partir do anterior julgamento dos autos do Procedimento nº. 579325/2019, com intento de apresentação de regulamentação e criação das Defensorias Públicas de Núcleo Unificado no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DE NÚCLEO UNIFICADO

Art. 1º. Ficam criadas as Defensorias Públicas de Núcleo Unificado decorrente do remanejamento das vagas das seguintes comarcas: Feliz Natal, Vera, Cláudia, Dom Aquino, Poxoréu, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Guiratinga, Pedra Preta, Apiacás, Nova Monte Verde, Querência, Ribeirão Cascalheira, Alto Garças, Alto Taquari, Jauru, Porto Esperidião, Arenópolis, Nortelândia, Novo São Joaquim, Campinópolis, Porto dos Gaúchos, Brasnorte, Itaúba, Terra Nova do Norte, Guarantã, Matupá, Claudia, Marcelândia, Tabaporã e Nova Canaã, Matupá, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Art. 2º. Para atendimento das comarcas referidas no artigo antecedente serão criadas 14 (quatorze) vagas nos Núcleos Unificados

distribuídas nos seguintes termos:

- I. 1º Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Feliz Natal e Vera;
- II. 2º Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Dom Aquino e Poxoréu;
- III. 3ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Araputanga e São José dos Quatro Marcos;
- IV. 4º Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Guiratinga e Pedra Preta;
- V. 5ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Apiacás e Nova Monte Verde;
- VI. 6ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Querência e Ribeirão Cascalheira;
- VII. 7ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Jauru e Porto Esperidião;
- VIII. 8ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Arenópolis e Nortelândia;
- IX. 9ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Novo São Joaquim e Campinópolis;
- X. 10ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Porto dos Gaúchos e Brasnorte;
- XI. 11ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Itaúba e Terra Nova do Norte;
- XII. 12ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Guarantã (01 vaga) e Matupá;
- XIII. 13ª Defensoria Pública de Núcleo Unificado: Claudia e Marcelândia;

Art. 3º. O núcleo de Alto Floresta ficará responsável também pelo atendimento ao núcleo de Paranaíta, cuja atribuição será distribuída dentre as vagas já existentes no aludido núcleo;

Art. 4º. O núcleo de Alto Araguaia ficará responsável também pelo atendimento ao núcleo de Alto Taquari, cuja atribuição será distribuída dentro as vagas já existentes no aludido núcleo;

Art. 5º Ao núcleo de Colíder será acrescido mais uma vaga que, contudo, ficará responsável também pelo atendimento do núcleo de Nova Canaã do Norte;

Art. 6º Ao núcleo de Jaciara será acrescido mais uma vaga que, contudo, ficará responsável também pelos atendimentos do núcleo de Juscimeira.

Art. 7º Ao núcleo de Juara será acrescido mais uma vaga que, contudo, ficará responsável também pelos atendimentos do núcleo de Tabaporã.

Art. 8º Ao núcleo de Pontes e Lacerda será acrescido mais uma vaga que, contudo, ficará responsável também pelo atendimento do núcleo de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Art. 9º Ao núcleo de Mirassol D'Oeste será acrescido mais uma vaga que, contudo, ficará responsável também pelo atendimento do núcleo de Rio Branco;

Art. 10. - Fica excluída 1 (um) Defensoria existente no Núcleo de São Félix Araguaia, sendo estabelecido naquela localidade a Defensoria Pública Única do Núcleo de São Félix do Araguaia/MT.

Art. 11. Poderá o Defensor optar por residir em qualquer uma das comarcas componentes de sua lotação.

§ 1º. Será obrigatório o comparecimento do Defensor Público na sede da Defensoria Pública ao qual não é sua residência por 01 (uma) semana por mês ou dois dias por semana, de acordo com sua escolha.

§ 2º. O Defensor Público deverá buscar entendimento com o Magistrado para concentrar os atos judiciais que exijam a sua presença na comarca, durante a sua permanência na mesma.

Art. 12. O exercício das atribuições no Núcleo Unificado não constitui acumulação de atribuições e, portanto, não fará jus a acréscimo remuneratório, ressalvado o pagamento de diárias nos dias de deslocamento entre comarcas.

Art. 13. Em cada comarca haverá uma sede da Defensoria Pública com um assessor jurídico e um estagiário para auxílio do Defensor Público lotado no Núcleo Unificado.

Art. 14. A lotação no Núcleo Unificado dar-se-á em obediência aos critérios legais.

Art. 15. Os cargos remanescentes da presente Resolução deverão ser redistribuídos aos núcleos em regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Art. 16 - A atuação nas defensorias aglutinadas nesta resolução para criação dos Núcleos Unificados em que atualmente exista lotação efetivada somente surtirá efeitos após a próxima remoção.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 18. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 23 de abril de 2020.

CLODOALDO APARECIDO GONÇALVES DE QUEIROZ
Defensor Público-Geral do Estado de Mato Grosso
(original assinado)

Portaria 476/2020/SDPG
FISCAIS DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 088/2020/SESP

Origem: Processo nº 2951/2020

Fiscais do Termo de Cooperação nº 088/2020/SESP:

Servidor(a) titular designado(a): Fernando Lopes - Coordenador da Unidade de Inteligência e Segurança Institucional

Servidor(a) substituto(a) designado(a): Marcus Vinícius Souza Ventura - Analista Advogado

OBJETO: Integrar ao Sistema de Inteligência de Segurança Pública o Estado de Mato Grosso - SISP/MT, a Unidade de Inteligência e Segurança Institucional da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Fundamento Legal: Art. 58, III, c/c Art. 67, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.666/1993

Participes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO E SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SESP.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Cuiabá/MT, 07 de maio de 2020.

(original assinado)

CLODOALDO APARECIDO GONÇALVES DE QUEIROZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

O Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, vem a público **divulgar o resultado da licitação do procedimento nº 277284/2019, Pregão Eletrônico nº 022/2019/DPMT**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de escritório para atender a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso como **FRACASSADA** tendo em vista estar os valores propostos acima do valor referencial estimado pela Administração.

Cuiabá, 04 de maio de 2020.

(original assinado)
ROGÉRIO BORGES FREITAS
PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL
Ordenador de Despesas



O PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR DO ESTADO

O MATO GROSSO SAÚDE ESTÁ CADA VEZ MAIS COMPLETO PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA

NOSSAS VANTAGENS

- ▼ Melhor custo-benefício do mercado;
- ▼ Rede credenciada com profissionais em diversas áreas;
Acesse o Guia Médico completo em nosso site
- ▼ + de 350 credenciados à rede de atendimento;
- ▼ Retorne ao Plano com isenção de carências para consultas e exames simples.*

GOVERNO DE
MATO GROSSO

WWW.MATOGROSSOSAÚDE.MT.GOV.BR

f /MATOGROSSOSAÚDE



Av. das Flores, nº 941 - Jd. Cuiabá
CEP: 78043-172 - Cuiabá | MT



(65) 3613-7700